

FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA



Cuidados

Inspirados

Relatório e Contas Exercício de 2025

GF.

Relatório do Conselho da Administração

1. A INSTITUIÇÃO

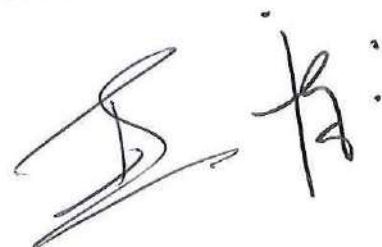
A Fundação Renal Portuguesa (FRP) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, reconhecida pela Direção Geral da Segurança Social, por Portaria nº 139/2007 de 29 de janeiro como pessoa coletiva de utilidade pública.

Tem como principal Objetivo atender e dar assistência médica, clínica e humana a pessoas com doenças renais (Insuficiência Renal Crónica), contribuindo na medida do possível para assegurar e melhorar o tratamento da sua doença e facilitar as condições que lhes permitam levar uma vida normal, fomentar a investigação científica para a prevenção e cura das enfermidades renais e todas as demais atividades conexas, bem como prevenir e combater o sofrimento humano, em especial o dos doentes com insuficiência renal crónica. Quer direta quer indiretamente, através de instituições, ou pela organização e provisão de meios médicos, cirúrgicos e clínicos e pelo tratamento e apoio a doentes, incluindo a construção, manutenção e gestão de hospitais, centros ou clínicas de hemodiálise, com recurso ao seu próprio património humano e material, ou de subsídios e doações tanto de entidade publicas como privadas, ou de qualquer particular ou, inclusive, de possíveis acordos ou convenções de todo o tipo com organismos privados ou públicos, estatais, regionais ou locais, com sociedades comerciais, associações, agrupamentos ou fundações de qualquer classe.

A sede da Fundação Renal Portuguesa está localizada na Rua dos Malhões – Edifício D. Pedro I, 2760-071 Paço de Arcos, Oeiras.

Ao nível operacional a Fundação detém os seguintes dois Centros de Hemodiálise:

- 1) O Centro de Hemodiálise de Portalegre, sito na Rua Mestre João Serra, nº 8, Zona Industrial, 7300-561 Urra, cuja abertura ocorreu em 2 de maio de 2011.



- 2) O Centro de Hemodiálise de Oeiras, localizado na Rua Dr. Agostinho Silva, em Leião, na freguesia de Porto Salvo, cuja inauguração ocorreu a 8 de março de 2024.

MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA

Missão

A Fundação Renal Portuguesa tem por missão o tratamento integral do Insuficiente Renal Crónico, como ser Bio-Psico-Social.

No desenvolvimento da sua atividade, através de uma rede de Centros de Tratamento Integral, a FRP tem um papel benéfico para a comunidade envolvente e sobre a qual tem preocupações de natureza ética e Social.

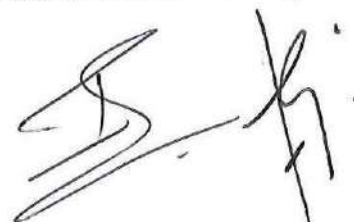
Visão

A Fundação renal Portuguesa tem como visão ser reconhecida pela sua excelência no tratamento integral do Insuficiente Renal Crónico tendo por base o princípio de Humanidade e Dignidade nos serviços prestados, evoluindo, sistematicamente, os seus processos de tratamento com base na sua Política da Qualidade.

Valores

Na sua atividade, a Fundação Renal Portuguesa, e as pessoas que com ela colaboram, orientam-se pelos seguintes valores:

- Qualidade no tratamento e atendimento, assegurando os melhores níveis de resultados e de serviço;
- Orgulho e sentimento de pertença;
- Respeito pelo doente e pelos seus direitos;
- Cortesia profissional e pessoal, tanto no relacionamento com os utentes, como com os colegas de trabalho;



sf.

- Profissionalismo no desempenho das atividades com consciência e responsabilidade;
- Confidencialidade relativamente a todos os dados e informações confiadas no desenvolvimento das atividades;
- Promoção da Qualidade e Melhoria Contínua

2. MEIO ECONÓMICO E ENVOLVENTE

2.1. Enquadramento Nacional

Em dezembro de 2025 a revista britânica “The Economist” numa compilação de dados económicos dos 36 países mais ricos do mundo, considerou Portugal o país com maior desempenho económico em 2025.

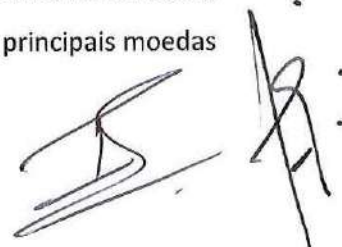
As principais variáveis económicas analisadas nesse estudo, foram a evolução da inflação, o PIB, o emprego e o desempenho das bolsas de valores.

Os principais sectores económicos que mais contribuíram para esta performance em 2025 foram Tecnologia e Inovação, Turismo, Energias Renováveis, Saúde e tecnologia e indústria automóvel e aeroespacial.

Outros países da zona Euro que também estão muito bem classificados, como são os casos da República da Irlanda, a nossa vizinha e importante parceiro económico, Espanha, seguindo-se Chéquia e Grécia.

Dados do Banco Portugal (BP) do Boletim económico de dezembro 2025, apontam para um crescimento do PIB em Portugal no ano 2025 de 2%, com perspetivas de um crescimento em 2026 para os 2.3%, sendo que os anos seguintes com projeções de um arrefecimento com crescimentos mais anémicos de 1.7% e 1.8%, respetivamente para os anos 2027 e 2028.

Neste enquadramento económico de Portugal, que conseguiu aliar um considerável crescimento do PIB, a uma inflação baixa e controlada, com um ganho significativo no sector bolsista e uma subida do índice geral em mais de 20%, temos que por outro lado sublinhar que neste enquadramento assistimos a um ambiente externo complexo, com a incerteza do regular funcionamento do comércio mundial, em que os EUA foram particularmente intervenientes na incerteza da aplicação de taxas alfandegárias e a valorização do Euro face às principais moedas



sf.

fortes do sistema monetário, que tem também por sua vez repercussões desafiantes na competitividade das exportações face a economias protetores dos seus sectores exportadores. Por outro lado e em sentido positivo, em contraponto a estas adversidades, foi favorável a diminuição gradual da inflação que se aproxima do objetivo de 2%, proporcionado um alívio das condições financeiras adversas nomeadamente das taxas de juro indexadas à Euribor, tendo estas estabilizado no último trimestre em média de 2% para os prazos de 3, 6 e 12 meses. Os fundos europeus, grande parte deles indexado ao PRR, que abrangem o período económico até 2025-2027 em que as transferências líquidas da EU para Portugal batem records históricos, 2.1% e 2.9 do PIB em 2025 e 2026, diminuindo em 2027 para 1.3%. Não sendo displicente também a política e orientação expansionista do orçamento de estado de 2025 e também de 2026.

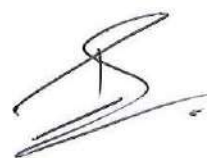
De salientar que a empregabilidade se mantém resiliente e em alta, atingindo níveis máximos. No médio prazo existe alguma preocupação nesta área com as possíveis restrições à política de imigração aliada a uma baixa natalidade que persiste desde há muitos anos e que sem políticas particularmente focadas neste problema global e lateral a toda a Europa pode se agravar e dificilmente inverter esta tendência.

A Inflação IPC em 2025 é de 2.34% ligeiramente inferior a 2024 que foi de 2.42%. É previsível que este valor possa ainda descer gradualmente até aos 2%, permitindo assim uma maior estabilidade da política financeira com repercussão da normalização da estabilidade das taxas de juro.

A UE deu passos muito importantes para uma maior capacidade exportadora com a conclusão das negociações com o Mercosul e com a Índia. Deve-se olhar para esta realidade com uma oportunidade notável de expandir as nossas exportações e de alargar os mercados de importação de produtos mais competitivos que em outros mercados.

Para finalizar em termos de comparabilidade de indicadores económicos com a média da zona Euro, Portugal destaca-se pela positiva em 2025, e com continuidade em 2026 e próximos anos. Na UE o crescimento médio do PIB previsto cifra-se em valores muito anémicos de 1.4% para 2025 e 2026, muito longe dos 2.3% e 2.6% de Portugal para os mesmos anos e de 1.5% em 2027 versus 1.7% de Portugal.

Portugal melhorou a atratividade de investimento internacional, devido a diversos fatores, mas que se pode destacar a reforma fiscal em curso e mão de obra qualificada para os sectores que



antes foram mencionados.

Os principais desafios prendem-se com a falta de mão de obra para sectores de atividade que precisam de mão de obra intensiva, tal como o sector primário e a atividade de construção civil, face aos planos que vão ser executados de obras publicas, em que se destacam a construção do novo aeroporto e o TGV.

2.2. Enquadramento internacional

Apesar de todas as adversidades e preocupações com a política de aumentos de taxas aduaneiras por parte da maior economia mundial, os EUA, o FMI nas suas projeções de outubro 2025 emanadas da assembleia geral anual, prevê que a economia mundial cresça 3.2% em 2025 e 3.1% em 2026. Sendo estas previsões mais favoráveis do que as divulgadas em abril/2025. Mais cautelosa são as previsões de outubro da OMC que prevê um crescimento do PIB mundial em 2.7% em 2025 e 2.6% em 2026.

O comportamento da atividade económica mundial no primeiro semestre do ano 2025, teve uma ação de antecipação dos mercados aos aumentos de tarifas aduaneiras anunciadas pela administração norte americana, com impacto no aumento da procura de bens e serviços, que alavancou o crescimento da produção e comércio mundial. Os EUA tiveram um papel preponderante com antecipação de importações antes do real aumento das tarifas impostas pela sua administração

Os fortes investimentos na indústria de IA, também foram um forte contributo para esse crescimento ao longo de todo o ano.

Não podemos descurar que no comércio mundial existem cada vez mais acordos comerciais entre as economias emergentes e entre estas e outras de primeira linha. Estas condições de estabilidade permitiram uma regularidade normal do comércio mundial e tornar este mais resiliente a ameaças como as que assistimos relacionadas com o aumento de taxas aduaneiras aplicadas pelos EUA.

A China, registou em 2025, um crescimento do PIB anual de 5%, ou seja, o mesmo ritmo do ano transato, um olhar mais detalhado verificamos que o crescimento em cadeia o 4T 2025 cresceu 1.2% uma ligeiríssima aceleração com um aumento de uma décima face ao mesmo rácio do 3T

h.

sf.

2025. A inflação global é muito baixa 0.8% em dezembro 2025, um ligeiro aumento que não descarta as pressões deflacionistas que têm persistido e que refletem um excesso da capacidade de produção existente, que preocupa o governo chinês que no segundo semestre 2025 lançou uma campanha anti retrocesso.

Alguns analistas preveem uma diminuição do PIB para 2026, para a marca de 4%, mantendo-se as premissas atuais de taxas aduaneiras com os EUA, sendo este decréscimo mais influenciado pela desaceleração do crescimento do consumo privado, excesso de produção e capacidade produtiva, o excedente comercial record da china que preocupa diversos parceiros comerciais e os níveis mais baixos de investimentos feitos neste segundo semestre.

Contudo no c/p tudo indica que as exportações chinesas continuarão firmes e robustas.

A economia Norte Americana, mostra-se resiliente com uma previsão de crescimento anual de 2.1%, mesmo assim inferior a 2024 que registou um crescimento de 2.8%, contudo no 3T de 2025 teve um forte crescimento anualizado de 4.3% (a economia americana registaria um crescimento anual se esse ritmo foi mantido ao longo do ano), assente em uma recuperação e aumento de exportações, crescimento do consumo interno, e crescimento da despesa publica.

A inflação em dezembro último cifrou-se nos 3%, versus 2.7% do mês transato, com projeções de aumento para 2026 de 3.2%, refletindo deste modo o aumento das taxas aduaneiras.

Face a este cenário, a Fitch prevê cortes nas taxas de juro pela FED, e que a se possa verificar cortes por duas vezes durante o primeiro semestre do ano 2026.

Para 2026, Banco Mundial prevê um crescimento de 2.2%, muito acima das projeções anteriores de 1.6%, assente em incentivos tributários, medidas fiscais favoráveis ao investimento.

No que respeita à evolução da inflação, o FMI prevê uma desaceleração para o Triénio 2025-2027, em que 2025 (4.1%); 2026 (3.8%); 2027(3.4%).

Assistimos neste mês de janeiro de 2026, à concretização de dois acordos comerciais de enorme importância entre a EU e o Mercosul, e entre a EU e a Índia. Face às adversidades e aumento de incerteza nas relações EU e EUA, levaram que estes acordos se concluíssem mais cedo do que o expectável, permitindo assim a estes blocos comerciais intensificarem as suas relações e uma oportunidade única de diversificação de mercados e diminuir assim a interdependência de outros blocos mais tradicionais. Estes acordos foram celebrados em Janeiro/2026, e não foram ainda considerados nas projeções das principais organizações mundiais, mencionadas neste

sf.

sf.

gf.

relatório, OMC, FMI, BCE, BP e Comissão Europeia. São fortes acordos comerciais que certamente terão impactos positivos nos próximos relatórios destes organismos.

Ainda relativamente à União Europeia (EU), ainda sem ter em linha de conta os acordos comerciais antes citados, perspetiva-se um PIB anual de 1.4% em 2025 versus 0.9% em 2024, e uma projeção de crescimento de 1.4%, 1.2% em 2026 e 2027. Portugal acima dessa média com 2.3% e 1.7% nos mesmos anos respetivamente.

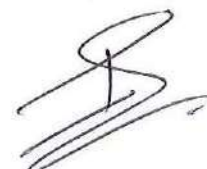
Este crescimento ainda que tímido da zona euro, é um registo significativo face a 2024, o que mostra resiliência da maior zona económica mundial, mesmo tendo em conta as fortes contrariedades da conjuntura mundial, com a continuação da guerra da Ucrânia, conflitos no médio oriente, o aumento das taxas aduaneiras impostos pelos EUA, e a incerteza de comportamento do maior parceiro económico como é o EUA o que respeita aos acordos já firmados.

Este comportamento positivo da economia da EU, têm como fatores principais: A preocupação dos agentes económicos com as subidas das taxas aduaneiras que levou a um aumento das trocas comerciais no primeiro semestre para se precaverem da escalada inflacionista dos preços dos produtos e serviços; a procura interna que se têm revelado e que prevê que continue a ser o principal fator alavancador do crescimento económico, que é reflexão da subida dos salários reais e de um taxa de desemprego historicamente baixa; o investimento em despesa pública nas áreas de infra estruturas e mais recentemente e com tendência de crescimento acentuado na indústria militar e do armamento. O impacto do PRR ainda se mantêm em níveis elevados para os anos 2025-2026, com decréscimo em 2027.

A inflação em 2025 prevê-se que seja de 2.1%, apenas uma décima acima do objetivo anteriormente traçado pelo BCE, e com projeções decrescentes para os anos seguintes, 2026-2027, de 1.9% e 1.8% respetivamente. O que têm impacto imediato na política do BCE e na tendência decrescente das taxas de juro diretores que têm se verificado desde junho de 2024, o que torna a capacidade e condições de financiamento bastante melhoradas para as empresas da zona Euro.

Quanto ao Emprego, este deverá continuar resiliente com aumentos moderados nos anos vindouros, que se estabilizarão na média dos 3% que se materializarão num abrandamento dos custos unitários do trabalho, e que somados a outros fatores favoráveis de produção,

gf.



contribuirão para ganhos de produtividade das empresas.

2.3. Enquadramento Setorial — Nefrologia e Diálise

De acordo com o Registo Nacional de Doença Renal Crónica 2024 (Sociedade Portuguesa de Nefrologia, março de 2025), registaram-se 2.890 novos doentes a iniciar terapêutica de substituição da função renal em 2024, dos quais 77,6% iniciaram hemodiálise. Esta evolução confirma a tendência de crescimento contínuo da prevalência da Doença Renal Crónica em Portugal, resultante do envelhecimento da população e das comorbilidades associadas.

O setor de prestação de cuidados de hemodiálise em Portugal mantém-se estruturado em torno de um número limitado de operadores, num modelo de parceria com o Serviço Nacional de Saúde, mediante protocolo com o Ministério da Saúde. Esta configuração proporciona à FRP uma base de receita previsível e estável, ao mesmo tempo que impõe elevadas exigências de qualidade clínica e cumprimento normativo.

3. ATIVIDADE E ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA

O ano de 2025 ficou marcado por um período de consolidação e crescimento da Fundação Renal Portuguesa, com o desenvolvimento pleno das atividades nos seus dois Centros de Hemodiálise, em Portalegre e em Oeiras.

Centro de Hemodiálise de Portalegre

O Centro de Portalegre manteve a sua atividade de forma estável e continuada, tendo servido em média 85 utentes por mês ao longo de 2025. A continuidade deste serviço é reflexo do compromisso inabalável da Fundação Renal Portuguesa com a população da região do Alto Alentejo, assegurando que os pacientes renais tenham acesso a um tratamento de alta qualidade com condições adequadas de proximidade e humanização.

A equipa multidisciplinar do Centro de Portalegre — composta por médicos, enfermeiros, assistente social, psicóloga clínica, dietista e auxiliares de ação médica — continuou a prestar um apoio integral no tratamento da Insuficiência Renal Crónica.

JS

A:

sf.

Centro de Hemodiálise de Oeiras

O Centro de Hemodiálise de Oeiras, inaugurado em março de 2024 e com capacidade de resposta até 300 utentes, iniciou o seu funcionamento em junho de 2025 com 20 utentes. A 31 de dezembro o Centro o centro já prestava serviço a 52 utentes, sendo que a média dos sete meses foi de 39 utentes.

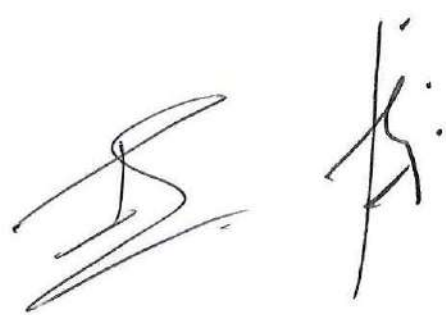
Este facto explica, em grande medida, a evolução significativa do Volume de Negócios verificada no exercício (crescimento de 18,5% face a 2024), à medida que o centro expandiu progressivamente a sua carteira de utentes ao longo do ano.

Situado na Rua Dr. Agostinho Silva, n.º 10, em Leião, Porto Salvo, o Centro de Oeiras foi construído em terreno cedido pelo Município de Oeiras em direito de superfície por um período de 50 anos, com um investimento da FRP de aproximadamente 2 milhões de euros. A criação de cerca de 50 postos de trabalho neste centro consolidou a presença da Fundação na área metropolitana de Lisboa.

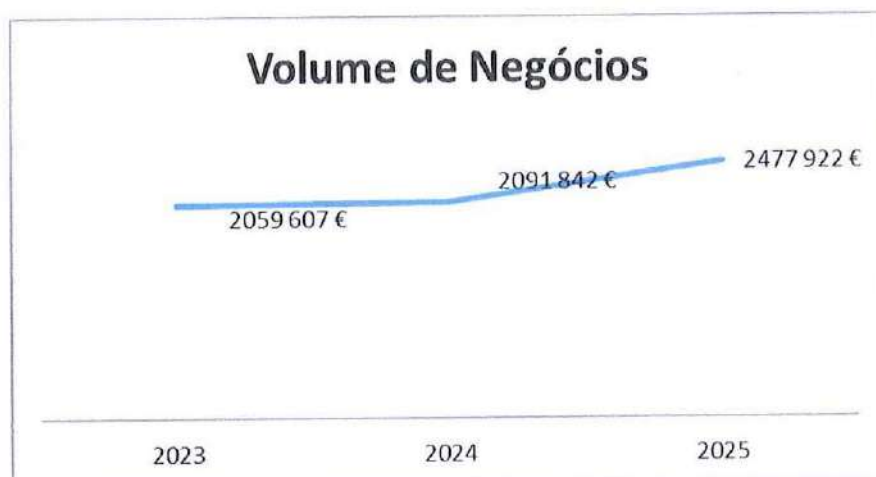
3.1. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2025, o Volume de Negócios da Fundação atingiu 2.477.922 €, representando um crescimento de 18,5% (386.079 €) face aos 2.091.842 € registados em 2024. Esta evolução é explicada, em grande parte, pela atividade plena do Centro de Hemodiálise de Oeiras ao longo de sete meses do exercício e pelo acréscimo progressivo do número de utentes tratados.



4f.



A estabilidade das receitas entre 2019 e 2025 proporcionou à Fundação a solidez financeira necessária para reforçar e otimizar os seus processos operacionais, investir na formação e contratação de profissionais qualificados consolidação de processos administrativos e desenvolvimento de uma aplicação informática de gestão médica.

SUBSIDIOS

Em 2025 foram reconhecidos 18.502€ relativos à imputação dos subsídios para investimentos concedidos pelo Município de Oeiras e registados na rubrica de Outras Variações nos Fundos Patrimoniais.

Rendimentos Operacionais	2023	2024	2025	Variação 2023-2022	
				€	%
Vol. Negócios	2 059 607 €	2 091 842 €	2 477 922 €	386 080 €	18,5%
Subsídio ao investimento	78 €	0 €	18 502 €	18 502 €	0,0%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	95 €	224 €	909 €	686 €	306,4%
Rendimentos Operacionais	2 059 780 €	2 092 066 €	2 497 334 €	405 268 €	19,4%

3.2. GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais totais atingiram 2.383.222€, o que representa um acréscimo de 38,9% (667.803€) face a 2024 (1.715.419€). Este crescimento reflete, em simultâneo, os custos associados ao pleno funcionamento do Centro de Oeiras e o registo, pela primeira vez, dos ativos

[Handwritten signatures]

sf.

tangíveis que o constituem (edifício e equipamentos) com impacto nas depreciações do exercício.

As rubricas com maior expressão em 2025 são os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que atingem 1.017.569€ (41,1% do Volume de Negócios), e as Amortizações e Depreciações (270.792€), que triplicaram face a 2024 pelo reconhecimento dos ativos tangíveis do Centro de Oeiras.

	2023	2024	2025	Variação (2025-2024)	
				€	%
Custo das matérias consumidas	381 940 €	401 174 €	534 579 €	133 405 €	33,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	672 717 €	790 528 €	1 017 569 €	227 042 €	28,7%
Gastos com o Pessoal	432 750 €	450 535 €	551 882 €	101 347 €	22,5%
Amortizações e Depreciação do exercício	67 498 €	66 848 €	270 792 €	203 944 €	305,1%
Outros gastos e perdas operacionais	3 748 €	6 334 €	8 400 €	2 066 €	32,6%
Gastos operacionais	1 558 652 €	1 715 419 €	2 383 222 €	667 803 €	38,9%

3.3. RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

O Resultado Operacional (antes de encargos financeiros e impostos) fixou-se em 114.111€, o que representa uma redução de 69,7% face aos 376.652€ de 2024. O EBITDA (resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) cifrou-se em 384.903€, decrescendo face a 443.500€ em 2024, evidenciando que, em termos de geração operacional de caixa, a atividade mantém solidez, sendo o impacto das depreciações o principal fator explicativo da redução do resultado operacional.



Handwritten signatures and initials.

sf.

3.4. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros melhoraram face ao exercício anterior, passando de um saldo negativo de 63.746€ em 2024 para -40.330€ em 2025 (-36,7%), beneficiando da redução das taxas de juro indexadas à Euribor ao longo do ano e da amortização progressiva do financiamento bancário junto do Banco Montepio.

Resultados Financeiros	2023	2024	2025	Var. €	Var. %
Gastos Financeiros	66 782 €	64 053 €	40 655 €	-23 398 €	-36,5%
Rendimentos Financeiros	270 €	307 €	325 €	18 €	5,7%
Resultados Financeiros	-66 512 €	-63 746 €	-40 331 €	23 416 €	-36,7%

3.5. RESULTADO LÍQUIDO

O exercício de 2025 encerrou com um resultado líquido positivo de 73.780€, correspondendo a um decréscimo de 76,4% face ao resultado de 312.906€ registado em 2024. Esta diminuição é explicada fundamentalmente pelo efeito das depreciações dos ativos do Centro de Oeiras e pelo acréscimo dos custos operacionais inerentes ao pleno funcionamento deste mesmo Centro. Não obstante este decréscimo, o resultado positivo demonstra a capacidade da Fundação para gerar excedentes, contribuindo para o reforço dos fundos patrimoniais.

3.6. BALANÇO — ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

O ativo total da Fundação ascendeu a 7.666.803€ em 31 de dezembro de 2025, representando um crescimento de 6,1% (439.899€) face ao final de 2024 (7.226.903€).

O passivo total foi reduzido em 9,9%, para 1.513.655,00 €, principalmente pelo reembolso de 231.163€ de financiamentos bancários de médio/longo prazo.

A posição de caixa e depósitos bancários manteve-se robusta em 3.107.729€, garantindo plena capacidade de resposta às obrigações de curto prazo.

Handwritten signatures and initials.



FUNDAÇÃO
RENAL
PORTUGUESA

RELATÓRIO E CONTAS – ANO DE 2025

Data:
11.02.2026

Página 14 de 43

4f.

Os Fundos Patrimoniais totalizaram 6.153.148€, correspondendo a uma Autonomia Financeira de 80,3%, o que traduz uma estrutura financeira muito sólida.



Os Fundos Patrimoniais no final do exercício de 2025 ascendem a 6.079.367€, tendo registado um aumento significativo de 846.256€ face ao ano anterior, decorrente de três fatores distintos.

- 1) Em primeiro lugar, foi transferido para Resultados Transitados o resultado líquido apurado no exercício de 2024, no montante de 312.906€, em conformidade com a deliberação dos órgãos sociais da Fundação.
- 2) Em segundo lugar, no âmbito do Projeto de Peritoneal Assistida, o Município de Oeiras concedeu à Fundação Renal Portuguesa um subsídio no valor de 25.000€ para aquisição de uma viatura elétrica, dos quais 25% (6.250€) foi reconhecido como rendimento do exercício na proporção da depreciação do bem.
- 3) Em terceiro lugar, e com impacto mais expressivo na estrutura patrimonial da Fundação, foi reconhecido contabilisticamente o direito de superfície sobre os terrenos do Centro de Oeiras, concedido até ao ano de 2067, correspondente a um horizonte temporal de 43 anos. O valor atribuído aos terrenos objeto deste direito é de 526.852€, sendo que 1/43 deste, ou seja 12.252€, foi reconhecido como rendimento do exercício.

O conjunto destas operações reflete o reforço consistente da base patrimonial da Fundação, em linha com a sua estratégia de consolidação financeira e de afirmação da sua capacidade

17.

48.

operacional no apoio a doentes renais.

3.7. PRINCIPAIS INDICADORES

Nos quadros abaixo são apresentados os indicadores económico-financeiros sobre a evolução da atividade da empresa, sintetizando os principais acontecimentos ocorridos no exercício.

Evolução de Estrutura Financeira	2023	2024	2025
Autonomia Financeira	72,57%	76,74%	80,26%
Solvabilidade	264,52%	329,95%	406,51%
Rentabilidade do ativo	6,03%	4,33%	0,96%

Indicadores Económico-Financeiros	2023	2024	2025
Volume de Negócios	2 059 607 €	2 091 842 €	2 477 922 €
Cashflow	502 165 €	379 754 €	344 573 €
Resultado Líquido do Exercício	434 667 €	312 906 €	73 781 €
Ativo Líquido	7 211 452 €	7 226 904 €	7 666 804 €
Capital Próprio	5 233 111 €	5 546 018 €	6 153 149 €
Passivo Remunerado	1 352 452 €	1 143 046 €	923 888 €
Passivo Não Corrente	1 145 891 €	935 965 €	708 869 €
Passivo Corrente	832 449 €	744 921 €	804 786 €
EBITDA	568 677 €	443 501 €	384 904 €
Meios Libertos Brutos	568 677 €	443 501 €	384 904 €

Outros Indicadores	2023	2024	2025
EBITDA	568 677 €	443 501 €	384 904 €
EBITDA/vendas	27,61%	21,20%	15,53%
Encargos financeiros/vendas	3,23%	3,05%	1,63%
FSE/Vendas	32,66%	37,79%	41,07%

Estes indicadores refletem a solidez e estabilidade económica e financeira da Fundação, com particular destaque para a melhoria contínua da Autonomia Financeira (de 72,6% em 2023 para 80,3% em 2025) e da Solvabilidade (de 264,5% para 406,5% no mesmo período), evidenciando uma estrutura patrimonial cada vez mais robusta.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

[Handwritten signature]

sf.

A atividade da instituição está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da instituição. As políticas e sistema de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade do Grupo.

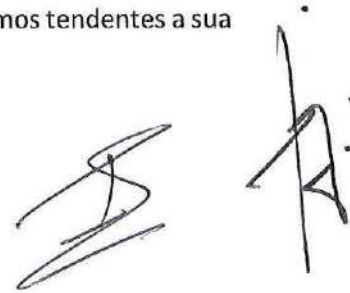
RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas de financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com a instituição no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente dos clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito da instituição, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. A exposição da instituição ao risco de crédito é reduzida pois prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelo facto do seu único cliente ser o Ministério da Saúde. O reconhecimento da imparidade está relacionado com litígio jurídico com a ULSNA e ARS do Norte Alentejo

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da instituição, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Administração. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto da instituição.



RISCO DE MERCADO

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os rendimentos da instituição. No entanto, no caso da Fundação este risco encontra-se minorado pois esta funciona com base em protocolos firmado com o Ministério da Saúde.

5. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

A Fundação Renal Portuguesa tem regularizadas todas as suas obrigações para com a Administração Fiscal, Centro Regional de Segurança Social e todas as outras entidades públicas.

De acordo com artigo 10.º da Lei Quadro das Fundações: No caso de fundações privadas com estatuto de utilidade pública, as despesas com pessoal e órgãos da fundação não podem exceder 75% dos seus rendimentos anuais.

Conforme quadro abaixo, a Fundação Renal Portuguesa cumpre com os requisitos impostos pelo artigo acima estabelecido:

Gastos com o pessoal - Conta 63	551 881,60
Depreciações Viaturas - Subconta 6424	12 270,97
Despesas Sede - Subconta 62689	118 657,07
Total	682 809,64 (a)
Vendas e serviços prestados	2 477 922 € (b)
Coefficiente (a / b)	27,56%

6. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício, e até à data da elaboração do presente relatório, não se






FUNDAÇÃO
RENAL
PORTUGUESA

RELATÓRIO E CONTAS – ANO DE 2025

Data:
11.02.2026

Página 18 de 43

registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e colaboradores a cooperação e a confiança que revelaram ao longo deste exercício.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando os resultados atingidos, a necessidade de avançar com novos investimentos e a manutenção da solidez financeira, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos fiquem retidos na Fundação.

Desta forma propõe a aplicação do Resultado Líquido positivo de 73.780,88€ para Resultados Transitados.

Oeiras, 11 de fevereiro de 2026

A Administração

for M. Guilhade.

for Manuel for Emanuel



FUNDAÇÃO
RENAL
PORTUGUESA

RELATÓRIO E CONTAS – ANO DE 2025

Data:
11.02.2026

Página 19 de 43

Balanço em 31 de dezembro de 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Ativo não corrente	4		
Ativos fixos tangíveis		3 239 627,02	3 410 335,77
Ativos intangíveis		514 600,07	
Investimentos financeiros		980,00	980,00
Subtotal		3 755 207,09	3 411 315,77
Ativo corrente			
Inventários	6	124 710,88	66 306,24
Créditos a receber	7	266 883,36	170 514,49
Diferimentos	9	4 260,74	1 405,74
Outros ativos correntes	8	408 012,26	298 517,98
Caixa e depósitos bancários	10	3 107 729,31	3 278 843,69
Subtotal		3 911 596,55	3 815 588,14
Total do Ativo		7 666 803,64	7 226 903,91
FUNDOS PATROMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	500 354,63	500 354,63
Resultados transitados	11	4 730 168,72	4 417 262,49
Excedentes de revalorização	11	315 494,34	315 494,34
Outras variações nos fundos patrimoniais		533 350,07	
Resultado Líquido do período	11	73 780,88	312 906,23
Total dos fundos patrimoniais		6 153 148,64	5 546 017,69
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	704 801,23	935 965,18
Subtotal		704 801,23	935 965,18
Passivo corrente			
Fornecedores	12	399 438,85	314 559,37
Estado e outros Entes Públicos	13	32 578,68	24 665,32
Financiamentos Obtidos	15	219 087,21	207 080,51
Outros passivos correntes	14	157 749,03	198 615,84
Outros passivos financeiros			
Subtotal		808 853,77	744 921,04
Total do passivo		1 513 655,00	1 680 886,22
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 666 803,64	7 226 903,91

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



FUNDAÇÃO
RENAL
PORTUGUESA

RELATÓRIO E CONTAS – ANO DE 2025

Data:
11.02.2026

Página 20 de 43

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	16	2 477 922,14	2 091 842,27
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(534 578,72)	(401 173,90)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 017 569,38)	(790 527,82)
Gastos com o pessoal	18	(551 881,60)	(450 535,00)
Outros rendimentos	19	19 411,61	229,34
Outros gastos	20	(8 400,41)	(6 334,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		384 903,64	443 500,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(270 792,11)	(66 848,18)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		114 111,53	376 652,61
Juros e rendimentos similares obtidos	21	324,64	307,06
Juros e gastos similares suportados	21	(40 655,29)	(64 053,44)
Resultados antes de impostos		73 780,88	312 906,23
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		73 780,88	312 906,23

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



FUNDAÇÃO
RENAL
PORTUGUESA

RELATÓRIO E CONTAS – ANO DE 2025

Data:
11.02.2026

Página 21 de 43

Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Unidade Monetária: Euros							
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	500 354,63	3 982 595,24	315 494,34	-	434 667,25	5 233 111,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras Regularizações			434 667,25			(434 667,25)	-
Aplicação de resultados do exercício							
	2	-	434 667,25	-	-	(434 667,25)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					312 906,23	312 906,23
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					(121 761,02)	312 906,23
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024	6=1+2+3+5	500 354,63	4 417 262,49	315 494,34	-	312 906,23	5 546 017,69

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Unidade Monetária:

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	500 354,63	4 417 262,49	315 494,34	-	312 906,23	5 546 017,69
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras Regularizações			312 906,23		533 350,07	(312 906,23)	533 350,07
Aplicação de resultados do exercício							
	7	-	312 906,23	-	-	(312 906,23)	533 350,07
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					73 780,88	73 780,88
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					(239 125,35)	73 780,88
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2025	6+7+8+10	500 354,63	4 730 168,72	315 494,34	-	73 780,88	6 153 148,64

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

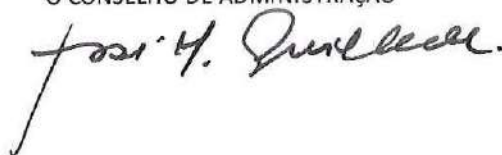
Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025

		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		2 306 808,65	2 086 536,93
Pagamento a fornecedores		(1 090 834,98)	(976 848,65)
Pagamentos ao pessoal		(534 480,02)	(428 229,94)
Caixa gerada pelas operações		681 493,65	681 458,34
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(498 079,61)	(353 694,52)
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		183 414,04	327 763,82
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		111 285,16	84 796,22
Subsídios ao investimento		25 000,00	
Juros e rendimentos similares		324,64	307,06
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(85 960,52)	(84 489,16)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(207 311,45)	(200 125,64)
Juros e gastos similares		(49 270,65)	(63 985,56)
Outras operações de financiamento		(11 985,80)	(11 175,30)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(268 567,90)	(275 286,50)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(171 114,38)	(32 011,84)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	3 278 843,69	3 310 855,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	3 107 729,31	3 278 843,69

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



fori Hauer for Hauer der



Anexo às Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025

1. Identificação da Entidade

A Fundação Renal Portuguesa é uma Fundação sem fins lucrativos reconhecida pela Direção Geral da Segurança Social como uma instituição particular de segurança social em 10 de Maio de 2010, com sede na Rua dos Malhões - Edifício D. Pedro I, 2760-071 Paço de Arcos - Oeiras, com o NIF: 509 393 799. Tem como principal objeto social a construção e gestão de clínicas para o tratamento de doentes renais crónicos através de sistema substitutivo da função renal, vulgo hemodiálise.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e alterado pelo Aviso n.º 8259/2015.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

Sf.

N-Nh

sf.

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

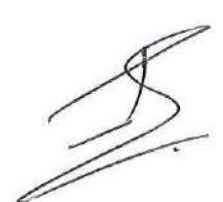
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

Durante o exercício de 2016, foi alterada a política de reconhecimento da classe de Edifícios e terrenos nos ativos fixos tangíveis. Relativamente às restantes rubricas, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a imóveis (classe de terrenos e edifícios) encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. São efetuadas revalorizações com uma regularmente através da contratação de peritos externos.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica

44.

“Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

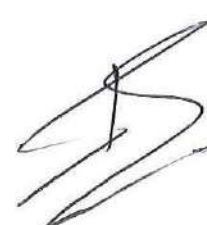
As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

3.1.1. Continuidade:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	50 Anos
Equipamento de transporte	4 Anos
Equipamento básico	6 a 12 anos
Equipamento administrativo	6 a 12 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 a 12 anos

3.2.2. Locações




N-24

SA.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

3.2.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

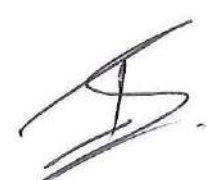
3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:



- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.5. Clientes e Créditos a receber

Os “Clientes” e os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.6. Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste, por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

3.2.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.10. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

[Handwritten signatures and initials]

44.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas presentes nas demonstrações financeiras são:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões; e
- d) Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis.

3.2.11. Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

[Handwritten signatures]

3.2.12. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Fundação consiste no custo médio ponderado.

3.2.13. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento do serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
 - É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
 - Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
 - A fase de acabamento do serviço pode ser mensurada com fiabilidade.
- [Handwritten signatures]

3.2.14. Imposto sobre o rendimento

A Fundação Renal Portuguesa encontra-se isenta de pagamento de Imposto sobre o rendimento. Esta isenção aplica-se aos rendimentos obtidos no âmbito da realização das atividades previstas nos seus estatutos.

3.3. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Nada a assinalar

4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do de 2025 e 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2025					
	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Alienações	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo					
Terrenos e recursos naturais	481 881,08				481 881,08
Edifícios e outras construções	678 976,65			1 963 933,19	2 642 909,84
Equipamento básico	732 386,57	87 570,97		240 186,23	1 060 143,77
Equipamento de transporte	499 527,60	26 036,00			525 563,60
Ferramentas e Utensílios	60 261,80	11 913,82			72 175,62
Equipamento administrativo	182 324,41			53 549,17	235 873,58
Obras em Curso	2 109 614,16			(2 295 358,40)	(185 744,24)
Total	4 947 171,73	125 520,79	-	(37 689,81)	5 035 002,71
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-				-
Edifícios e outras construções	165 631,69	117 262,69			282 894,38
Equipamento básico	678 858,26	104 220,17			783 078,43
Equipamento de transporte	481 613,62	12 270,97			493 884,59
Ferramentas e Utensílios	3 909,47	19 647,86			23 557,33
Equipamento administrativo	174 739,39	5 138,04			179 877,43
Total	1 536 835,96	258 539,73	-	-	1 795 375,69
Valor Líquido	3 410 335,77				3 239 627,02



FUNDAÇÃO
RENAL
PORTUGUESA

RELATÓRIO E CONTAS – ANO DE 2025

Data:

11.02.2026

Página 33 de 43

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Revalorizações	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo					
Terrenos e recursos naturais	481 881,08				481 881,08
Edifícios e outras construções	678 976,65				678 976,65
Equipamento básico	705 786,31	10 054,02		16 546,24	732 386,57
Equipamento de transporte	499 527,60				499 527,60
Ferramentas e Utensílios	58 277,98	1 983,82			60 261,80
Equipamento administrativo	177 094,32	5 230,09			182 324,41
Outros Ativos fixos tangíveis		202 199,46			202 199,46
Obras em Curso	2 126 160,40			(16 546,24)	2 109 614,16
Total	4 727 704,34	219 467,39	-	-	4 947 171,73
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-		-	-	-
Edifícios e outras construções	147 368,56	18 263,13			165 631,69
Equipamento básico	662 082,58	16 775,68			678 858,26
Equipamento de transporte	457 623,83	23 989,79			481 613,62
Ferramentas e Utensílios	-	3 909,47			3 909,47
Equipamento administrativo	170 829,28	3 910,11			174 739,39
Outros Ativos fixos tangíveis	32 083,53				32 083,53
Total	1 469 987,78	66 848,18	-	-	1 536 835,96
Valor Líquido	3 257 716,56				3 410 335,77

5. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada dos ativos intangíveis no início e no fim do de 2025 e 2024, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Regularizações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2025
Custo					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	71 563,59	-	-	-	71 563,59
Direito de superfície	-	526 852,45	-	-	526 852,45
Total	83 600,43	526 852,45	-	-	610 452,88
Depreciações acumuladas					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	71 563,59	-	-	-	71 563,59
Direito de superfície	-	12 252,38	-	-	12 252,38
Total	83 600,43	12 252,38	-	-	95 852,81
Valor Líquido	-				514 600,07



FUNDAÇÃO
RENAL
PORTUGUESA

RELATÓRIO E CONTAS – ANO DE 2025

Data:
11.02.2026

Página 34 de 43

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2024
Custo					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	71 563,59	-	-	-	71 563,59
Total	83 600,43	-	-	-	83 600,43
Depreciações acumuladas					
Programas de Computador	12 036,84	-	-	-	12 036,84
Projetos	71 563,59	-	-	-	71 563,59
Total	83 600,43	-	-	-	83 600,43
Valor Líquido	-				-

6. Inventários

A rubrica “Inventários” tinha, em 31 de dezembro de 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	66 306,24	592 704,26		124 710,88
Total	66 306,24	592 704,26	-	124 710,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	347 493,49			534 299,62
Variações nos inventários da produção	-			-

7. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:



FUNDAÇÃO
RENAL
PORTUGUESA

RELATÓRIO E CONTAS – ANO DE 2025

Data:

11.02.2026

Página 35 de 43

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes c/c	266 883,36	170 514,49
Cientes	266 883,36	170 514,49
Cientes e Utentes - Faturação de Quota 82%	5 636 658,57	5 636 658,57
Cientes	5 636 658,57	5 636 658,57
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	(5 636 658,57)	(5 636 658,57)
Cientes	(5 636 658,57)	(5 636 658,57)
Total	266 883,36	170 514,49

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2025	2024
Cientes	(5 636 658,57)	(5 636 658,57)
Total	(5 636 658,57)	(5 636 658,57)

Relativamente a este saldo, importa esclarecer que o montante de 5,6 milhões de euros de dívidas de clientes de cobrança duvidosa a 31 de Dezembro de 2025, são relativos aos valores faturados à Unidade Local de Saúde do Alto Alentejo, resultantes da expectativa da Fundação em ser compensada pelo período em que não foi cumprida a determinação de atribuir 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre, conforme o parecer da Entidade Reguladora da Saúde corroborado pelo parecer do Secretário de Estado da Saúde, à Fundação Renal Portuguesa. Em 2016, a Fundação reconheceu uma imparidade para estas dívidas de clientes, no montante de 5.636.659 euros.

Durante o exercício de 2025 e 2024 não ocorreu criação de qualquer de imparidade adicional.

8. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Saldos devedores de Fornecedores	76 747,84	61 670,50
Sub - total	76 747,84	61 670,50
Acrescimos de rendimentos	254 386,93	179 642,31
Outros Devedores	69 702,22	50 029,90
Fundos Compensação	7 175,27	7 175,27
Sub - total	331 264,42	236 847,48
TOTAL	408 012,26	298 517,98

NMF

SF.

O acréscimo de rendimentos respeita a faturas emitidas em janeiro de 2026, mas respeitantes a serviços prestados em dezembro de 2025.

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Outros	4 260,74	1 405,74
Total	4 260,74	1 405,74

10. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	3 426,33	2 132,83
Depósitos à ordem	1 487 802,98	1 494 210,86
Depósitos a prazo	1 616 500,00	1 782 500,00
Total	3 107 729,31	3 278 843,69

11. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

[Handwritten signatures]

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aplicação de resultados	Outros	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	500 354,63	-	-	500 354,63
Resultados transitados	4 417 262,49	312 906,23	533 350,07	5 263 518,79
Excedentes de revalorização	315 494,34	-	-	315 494,34
Total	5 233 111,46	312 906,23	533 350,07	6 079 367,76

As variações registadas na rubrica de Fundos Patrimoniais são relativas às seguintes situações:

- 1) Aplicação do resultado líquido de 2024, no valor de 312.906,23€
- 2) Subsídio ao investimento concedido pelo Município de Oeiras, no valor de 25.000,00€, dos quais 25% (6.250€) foram reconhecidos como rendimento do exercício na proporção da depreciação do bem subsidiado.
- 3) Direito de superfície sobre os terrenos do Centro de Oeiras, concedido pelo Município de Oeiras até ao ano de 2067, correspondente a um horizonte temporal de 43 anos. O valor atribuído aos terrenos objeto deste direito é de 526.852€, sendo que 1/43 deste, ou seja 12.252€, foi reconhecido como rendimento do exercício.

12. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	399 438,85	314 559,37
Total	399 438,85	314 559,37

13. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:




N-124
cf.

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	20 296,89	7 791,63
Segurança Social	12 281,79	16 873,69
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	32 578,68	24 665,32

14. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-		-	
Remunerações a pagar	-	341,30	-	0,00
Fornecedores de Investimentos	-	18 485,62	-	78 982,67
Credores por acréscimos de gastos	-	73 235,26	-	85 515,85
Outros credores	-	61 618,85	-	34 117,32
Total	-	153 681,03	-	198 615,84

Na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” foram registados os valores relacionados com a estimativa de Férias e Subsídio de Férias a liquidar em 2026, assim como faturas de fornecedores de investimentos emitidas, mas ainda não rececionadas.

15. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica de Financiamentos obtidos é respeitante

18.

financiamentos a medio e longo prazo a operações de locação financeira:

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	207 101,41	685 460,46	892 561,87	194 851,56	904 811,77	1 099 663,33
Locações Financeiras	11 985,80	19 340,77	31 326,57	12 158,96	31 153,41	43 312,37
Outros Empréstimos			-	69,99		69,99
Total	219 087,21	704 801,23	923 888,44	207 080,51	935 965,18	1 143 045,69

Locações

Descrição	2025			2024		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	95 959,15	(89 774,58)	6 184,57	95 959,15	(78 045,16)	17 913,99
Total	95 959,15	(89 774,58)	6 184,57	95 959,15	(78 045,16)	17 913,99

16. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços	2 477 922,14	2 091 842,27
Total	2 477 922,14	2 091 842,27

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços Especializados	678 561,64	492 190,92
Materiais	18 153,26	18 206,32
Energia e fluidos	75 874,77	74 253,51
Deslocações, estadas e transportes	6 415,03	8 515,28
Serviços diversos	238 564,68	197 361,79
Total	1 017 569,38	790 527,82

18. Gastos com Pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	73 916,64	73 654,56
Remunerações ao Pessoal	380 818,75	291 819,44
Encargos sobre as Remunerações	87 274,66	67 976,27
Seguros de AT	306,53	8 656,41
Outros Gastos com o Pessoal	9 565,02	8 428,32
Total	551 881,60	450 535,00

O número médio de trabalhadores foi de 24 no ano de 2024 e de 21 no ano de 2024.

O Conselho de Administração é composto por três elementos, sendo que em 2025 não sofreu alterações.

19. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outros rendimentos e ganhos	19 411,61	229,34
Total	19 411,61	229,34

20. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Descrição	2025	2024
Impostos	4 741,82	3 292,42
Outros Gastos e Perdas	1 592,28	455,13
Total	6 334,10	3 747,55

21. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	39 603,82	62 841,53
Outros gastos e perdas de financiamento	1 051,47	1 211,91
Total	40 655,29	64 053,44
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	324,64	307,06
Total	324,64	307,06
Resultados financeiros	(40 330,65)	(63 746,38)

22. Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os processos judiciais onde a Fundação é Ré:

I. Comarca de Lisboa Oeste - Oeiras - 2ª Secção de Execução

Processo nº 3514/16.7T8OER

Autor: Securitas Direct Portugal Unipessoal, Lda.

Ré: Fundação Renal Portuguesa

o Processo nº 3514/16.7T8OER em que é Exequente Securitas Direct Portugal, Unipessoal, Lda. de valor desconhecido, aguardando-se citação para deduzir oposição.

Processos onde a Fundação é Autora

I. Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco Proc. nº 136/16.6BECTB

Autor: Fundação Renal Portuguesa

Rés: Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. e Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.;

Aguarda julgamento.

Pedido de lucros cessantes por incumprimento de quota 82% dos doentes hemodialisados do distrito de Portalegre, que de acordo com cálculos poderá ascender, a 31 de dezembro de 2017, ao montante de 3.800 milhares de euros.

II. Tribunal de Badajoz

Autor: Fundação Renal Portuguesa

Réu: Jose Maria Callero

Decisão Favorável à Fundação, no sentido que condenar a Jose Maria Callero a devolução dos honorários cobrados em excesso.

23. Acontecimentos após data de Balanço

Em 2026, a economia mundial deverá manter um crescimento moderado, estimado pelo FMI em 3,1%, num contexto ainda marcado pelos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente e pela incerteza da política comercial norte-americana. Portugal destaca-se positivamente, com crescimento do PIB de 2,0% em 2025 e projeção de 2,3% em 2026, beneficiando da procura interna, dos fundos europeus e da descida das taxas de juro.

A Fundação reúne condições para prosseguir a sua atividade em 2026 com solidez, mantendo a resiliência que tem caracterizado a sua resposta a ciclos económicos adversos. Permanecerá

F.

atenta aos riscos que possam surgir nas suas áreas de atividade, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer outras informações acerca das condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

24. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Oeiras, 11 de fevereiro de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



fori Manuel José Amândio





ATAS

Folha 19

Ata do Conselho de Administração

Ata Nº 115

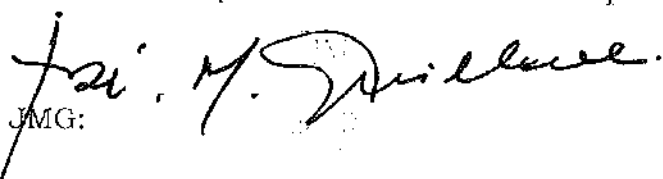
Data: 13/05/2026

Folha 1 de 1

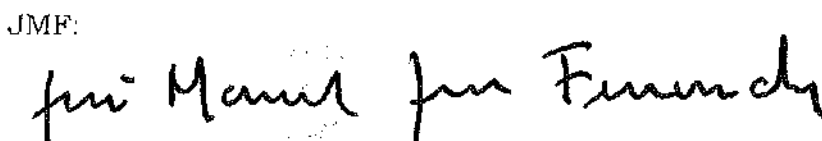
Local: Oeiras

Presenças:	
José Manuel Guillade - JMG Igor Guillade - IG José Manuel Fernandes - JMF	
Reunião Extraordinária: Aprovação de Contas do Ano de 2025;	
Reúne o Conselho de Administração para:	
1- Aprovação das contas do ano de 2025- Após a leitura e respetiva análise das contas do exercício, bem como do relatório do Conselho Fiscal das mesmas, é aprovado o Relatório e as Contas relativas ao exercício 2025.	

É assim, por unanimidade dos presentes, aprovada o ato referido. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo redigida uma ata da mesma cuja será assinada por cada um dos membros presentes.

JMG: 

IG: 

JMF: 



ATAS

Folha 46
Nº do livro 2

Ata do Conselho Fiscal Ata Nº 20

Data: 18/02/2026

Folha 1 de 2

Local: Centro de Hemodiálise na cidade de Portalegre

Presenças:

Dr. Luís Testa - Presidente
Dr. Luís Pina - Vogal
Dr. Jorge Cinta - Vogal

Estando presentes todos os membros do Conselho Fiscal tomou a palavra o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Luís Moreira Testa para ler a ordem de trabalhos:

- a) Análise do Relatório de Contas de 2025;
- b) Elaboração do Parecer do Conselho Fiscal para o Relatório de Contas de 2025;
- c) Outros Assuntos

Entrando no primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Dr. Luís Moreira Testa realizou uma resenha dos principais assuntos e pontos que afetaram o desenvolvimento da atividade da Fundação Renal Portuguesa. O Dr. Jorge Cinta Testa realizou uma breve análise dos principais pontos do Relatório e Contas de 2025.

Entrando no segundo ponto da Ordem de trabalhos, foi decidido por unanimidade dos membros do Conselho Fiscal aprovar o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2025.

Foi ainda apreciada a ação da Administração da Fundação Renal Portuguesa tendo sido proposto pelo Dr. Luís Moreira Testa um voto de louvor à Administração pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2025. Este voto de louvor foi subscrito por todos os presentes.

E nada mais havendo a tratar foi a reunião do Conselho Fiscal encerrada e lavrada a presente ata, que corresponde ao relato fiel dos assuntos nela tratados, a qual, depois de lida, pelos presentes vai ser assinada.



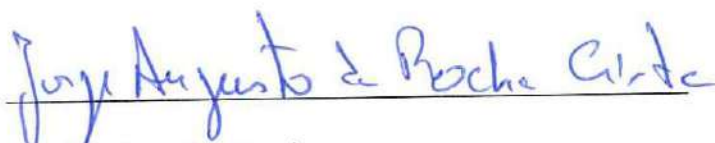
ATAS

Folha 47
Nº do livro 2



Presidente do Conselho Fiscal

Dr. Luís Moreira Testa



Vogal do Conselho Fiscal

Dr. Jorge Cinta



Vogal do Conselho Fiscal

Dr. Luís Pina

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmo. Conselho de Administração de
Fundação Renal Portuguesa

Satisfazendo o estabelecido no Contrato da Sociedade, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e o Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei e pelos estatutos nos estão atribuídas:

- 1.1. Acompanhámos a Gestão da Sociedade, tendo recebido do Conselho de Administração e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.
- 1.2. Verificámos a regularidade do preenchimento dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos de suporte.
- 1.3. Velámos para que a Lei e o Contrato Social fossem aplicados de forma correta.
- 1.4. Confirmámos a titularidade, pela Sociedade, de bens e valores.
- 1.5. Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo.
- 1.6. Confirmámos que o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes anexos foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.
- 1.7. Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Fundação, os seus resultados e os fluxos de caixa.
- 1.8. Estamos de acordo que o Relatório de Gestão, assim como a Proposta de Aplicação de Resultados, nele incluída e apresentados pelo Conselho de Administração, cumprem o exigível na lei.



FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA

2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que, em relação aos documentos apresentados pelo Conselho de Administração, seja:

- a) Aprovado o Relatório de Gestão e as Contas, referentes ao exercício de 2025.
- b) Aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados.
- c) Se Proceda à Apreciação da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Portalegre, 18 de fevereiro de 2026

O Conselho Fiscal

(Presidente do Conselho Fiscal - Dr. Luís Moreira Testa)

(Vogal do Conselho Fiscal - Dr. Luís Pina)

(Vogal do Conselho Fiscal - Dr. Jorge Cinta)